Estratégia
OAB

2º SIMULADO INÉDITO PARA 1ª FASE DO XXXII EXAME DE ORDEM

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.

Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
instagram.com/estratégia OAB

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase em do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp,* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

Questão 1

Priscilinha, estagiária, foi contratada como pelo escritório de advocacia, Sousa & Maciel, Sociedade de Advogados. No decorrer do contrato, em razão do seu excelente desempenho, foi convidada para participar da sociedade, ainda que de forma minoritária.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

a) A estagiária poderá integrar a sociedade de advogados, desde que representada na sociedade por advogado devidamente inscrito na OAB.

b) A estagiária poderá integrar a sociedade de advogados, desde que haja autorização do conselho seccional.

c) A estagiária poderá integrar a sociedade de advogados, desde que esteja no nono período da faculdade e haja autorização do conselho federal.

d) A estagiária não poderá integrar a sociedade de advogados, já que só a poderá compor pessoa inscrita como advogado na OAB.

Questão 2

A recém-advogada, Priscilinha, acaba de se graduar na faculdade de direito, e já tendo, inclusive, garantido a sua aprovação na prova da OAB.

Nesta situação, tendo a advogada aceito o convite para tornar-se advogada exclusiva no escritório "Ferreira Sociedade de Advogados", deverá observar que:

a) a formação da relação de emprego, na qualidade de advogado, não lhe retira a isenção técnica nem reduz a sua independência profissional, inerentes à advocacia.

b) o salário mínimo profissional do advogado será fixado por deliberação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

c) nas causas em que for parte o empregador, ou pessoa por este representada, os honorários de sucumbência não serão devidos aos advogados empregados.

d) os honorários de sucumbência, percebidos como advogado empregado de sociedade de advogados são partilhados de forma isonômica entre ele e a empregadora.

Questão 3

Vandeco Ferreira, advogado, paga a sua contribuição anual à OAB, conforme valor fixado pelo Conselho Seccional. Acerca do tema, anuidades, assinale a alternativa correta:

a) Cabe à Caixa de Assistência dos Advogados a metade da receita das anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias e juros, recebidas pelo Conselho Seccional.

b) Cabe à Caixa de Assistência dos Advogados um terço da receita das anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias e juros, recebidas pelo Conselho Seccional.

c) Cabe ao Conselho Federal a metade da receita das anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias e juros, recebidas pelo Conselho Seccional.

d) Não cabe à Caixa de Assistência dos Advogados a receita das anuidades, recebidas pelo Conselho Seccional.

Questão 4

Roberval, advogado criminalista, foi contratado para defender os interesses de Rosenilda no processo de divórcio já instaurado em São Paulo.

No dia da audiência, Roberval comparece no horário designado, e observa que a audiência irá atrasar, o que acaba ultrapassando o período de uma hora de espera.

O secretário da vara informa que o atraso nos trabalhos é justificável, já que o magistrado está retornando de uma viagem pessoal.

Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

a) É obrigação do advogado, nesta situação, aguardar até que o magistrado compareça, independente do tempo de espera.

b) É obrigação do advogado, nesta situação, aguardar até que o magistrado compareça, sob pena da parte ser impactada pelos efeitos da ausência em audiência.

c) É direito do advogado, retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após quinze minutos do horário designado, mediante comunicação protocolizada em juízo.

d) É direito do advogado, nesta situação, retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.

Estratégia OAB

Questão 5

Jorge é advogado e decidiu exercer advocacia pro bono, com a finalidade de mostrar sua generosidade ao público e dessa forma captar potenciais novos clientes. Com base no disposto no Código de Ética e Disciplina, a conduta de Jorge

a) Não fere o Código de Ética, pois é uma prestação gratuita, eventual e voluntária de serviços jurídicos em favor de instituições sociais sem fins econômicos.

b) Não fere o Código de Ética, desde que Jorge empregue o zelo e a dedicação habituais.

c) Fere o Código de Ética, pois a advocacia pro bono não pode ser utilizada como instrumento de publicidade para captação de clientela.

d) Fere o Código de Ética somente se for exercida em favor de pessoas naturais.

Questão 6

Renato foi punido com a sanção disciplinar de suspensão por violação, sem justa causa, do sigilo profissional. Conforme o Estatuto da OAB, é correto afirmar que

a) Renato só poderia ter sido punido com suspensão por violar, sem justa causa, o sigilo profissional, caso fosse reincidente em infração disciplinar.

b) Renato foi punido corretamente, e a interdição do exercício profissional será de trinta dias a doze meses.

c) A Renato deveria ter sido aplicada a sanção de censura, que pode ser convertida em advertência, em ofício reservado, com registro nos assentamentos do inscrito.

d) Caso Renato seja suspenso duas vezes, será aplicada a sanção disciplinar de exclusão.

Questão 7

Amanda fez acordo com a parte contrária. A esse respeito, é correto afirmar, com base no EAOAB e no Código de Ética:

a) O acordo somente não prejudica os honorários concedidos ao seu advogado por sentença, pois estes pertencem ao advogado.

b) O acordo feito por Amanda não prejudica qualquer dos honorários de seu advogado, salvo com a aquiescência deste.

c) Desde que o advogado de Amanda concorde, os honorários poderão ser fixados em patamar inferior aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.

d) Ainda que o advogado de Amanda não concorde, o acordo pode prejudicar seus honorários.

Estratégia OAB

Questão 8

Wilson sofreu sanção disciplinar e pretende requerer reabilitação. De acordo com o EAOAB e o Código de Ética da OAB

a) Caso o pedido de Wilson não esteja suficientemente instruído, este será liminarmente arquivado.

b) Wilson só poderá requerer a reabilitação um ano após a aplicação da sanção.

c) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação é do Conselho Federal, em todos os casos.

d) O pedido de reabilitação deverá ser instruído com provas de bom comportamento, no exercício da advocacia e na vida social.

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

Tomado o direito em seu aspecto subjetivo (facultas agendi), é CORRETO afirmar:

a) Pela teoria da vontade, direito subjetivo é o interesse tutelado pela ordem jurídica mediante o reconhecimento da vontade.

b) Pela teoria do interesse, direito subjetivo é o poder da vontade humana garantido pelo ordenamento jurídico.

c) Pela teoria da garantia, direito subjetivo é a possibilidade de a garantia da ordem jurídica tornar efetiva a tutela do direito.

d) Hans Kelsen é entusiasta da teoria valorativa dos direitos subjetivos.

Questão 10

No que se refere às causas do Direito é CORRETO afirmar:

a) A causa final trata da finalidade do direito.

b) A causa material aborda as formas pelas quais o direito se expressa.

c) A causa eficiente refere-se à composição do direito, o modo como ele se exterioriza.

d) A causa final é a produtora do direito, aquela que dá razão à sua existência.

Estratégia OAB

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Tendo em vista muitas discussões sobre tema polêmico, o Presidente da República estabeleceu, em 1987, por decreto, que a localização da nova usina nuclear seria no Município X. O referido Decreto seguiu todas as prescrições legais então vigentes e sem nenhum tipo de violação à Constituição de sua época. Não obstante, tendo em vista diversos fatores econômicos, políticos e sociais, o início dos trabalhos ficou adiado para uma nova oportunidade. Com o advento da Constituição de 1988, o texto constitucional passou a determinar que a localização de usinas nucleares fosse autorizada por Lei Federal. Cumpre destacar que o referido decreto se alinha ao conteúdo proposto pela nova Constituição. De acordo com o caso narrado acima, assinale a alternativa correta.

a) o referido decreto presidencial é inconstitucional, visto que apresenta inconstitucionalidades formais.

b) o Decreto editado pelo chefe do poder executivo foi recepcionado pela nova Constituição Federal, na medida em que não há nenhuma incompatibilidade material com a nova Carta Política.

c) o Decreto Presidencial foi recepcionado pela nova Constituição, tendo em vista que não há incompatibilidade material, muito embora possa existir no direito brasileiro a chamada inconstitucionalidade formal superveniente.

d) o Decreto Presidencial editado não foi recepcionado pela nova Constituição, visto que é necessário existir a chamada compatibilidade material e formal.

Questão 12

Influenciados por vários donos de terras rurais, numerosos parlamentares do Congresso Nacional se mobilizam para a edição de uma Emenda à Constituição, a fim de retirar do texto constitucional a referência à função social da propriedade. Com base no caso apresentado acima, marque a alternativa correta.

a) A referida emenda é constitucional, visto que apenas não é possível emenda com relação às cláusulas pétreas previstas no art. 60, § 4º da Constituição Federal.

b) A referida emenda é inconstitucional, porém a propriedade e a sua função social não são cláusulas pétreas.

c) A referida emenda é constitucional, embora tanto a propriedade quanto a sua função social são elementos de um direito assegurado como cláusula pétrea.

d) A referida emenda é inconstitucional, visto ser vedada a edição de emendas que tenham por objeto a supressão de direitos e garantias individuais. Tanto a propriedade quanto a sua função social são elementos de um direito assegurado como cláusula pétrea pela Constituição.

Questões 13

Em 2020, o Congresso Nacional autorizou o Presidente da República a normatizar, por via de lei delegada, na forma típica ou própria (ou seja, sem necessidade de posterior aprovação pelo Congresso), matéria que trata de incentivo ao parque industrial brasileiro. Ocorre que o Chefe do Poder Executivo exorbitou dos poderes a ele conferidos, deixando de respeitar os limites estabelecidos pelo Congresso Nacional, por via de Resolução. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

a) Caso a Resolução estabelecesse a necessidade de apreciação do projeto pelo Congresso Nacional (delegação atípica ou imprópria), poderia a Casa legislativa alterar o texto elaborado pelo Presidente da República.

b) Caso a Resolução estabelecesse a necessidade de apreciação do projeto pelo Congresso Nacional (delegação atípica ou imprópria), não poderia a Casa legislativa alterar o texto elaborado pelo Presidente da República, ao deliberar sobre o projeto. Caberia ao Congresso Nacional ou aprovar integralmente ou o rejeita em sua totalidade.

c) Não poderia a resolução estabelecer a necessidade de apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, visto a violação a Separação dos Poderes.

d) Na delegação típica ou própria, caso o Chefe do Poder Executivo exorbite os limites estabelecidos pelo Congresso Nacional, cabe ao Supremo Tribunal Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem os limites da delegação legislativa.

Questão 14

Pedro, fazendeiro, descobriu que sua mulher o havia traído com um cidadão de etnia indígena que morava numa reserva próxima a sua fazenda. No mesmo instante em que tomou ciência do fato, o fazendeiro dirigiu-se à reserva indígena e disparou dez tiros contra o índio, que, no entanto, conseguiu sobreviver ao atentado. Com base no caso acima, assinale a alternativa correta.

a) Compete a Justiça Federal julgar o crime.

b) Compete ao Tribunal do Júri julgar o crime.

c) Compete a Justiça Estadual julgar o crime.

d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar o crime.

Questão 15

Jair, Presidente da República, editou o Decreto X, que regulamentou a Lei Federal Z. Ocorre que o Congresso Nacional, ao examinar o teor do Decreto X, entendeu que ele criava direitos não previstos na Lei Federal Z, ferindo, portanto, o princípio da legalidade. O Presidente da República, entendendo que a medida não tem qualquer fundamento, terminando por restringir a competência constitucional do Chefe do Executivo, resolveu submetê-la ao controle concentrado de constitucionalidade realizado pelo STF. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

a) O decreto legislativo não possui a natureza jurídica de ato normativo primário e o Presidente não é legitimado ativo para propositura de ADI.

b) O decreto legislativo possui a natureza jurídica de ato normativo primário, podendo sim sofrer medida de controle via Ação Direta de Inconstitucionalidade, porém o Presidente não é legitimado ativo para propositura de ADI.

c) O decreto legislativo possui a natureza jurídica de ato normativo primário, podendo sim sofrer medida de controle via ADI. Outrossim, o Presidente é legitimado ativo para a propositura de medida de controle abstrato.

d) O decreto legislativo não possui a natureza jurídica de ato normativo primário, embora o Presidente seja legitimado ativo para propositura de ADI.

Estratégia OAB

Questão 16

Diego e outros servidores públicos do Estado Y, que trabalham no período da noite, procuram o Sindicato inconformados por não receberem adicional noturno do Estado, que se recusa a pagar o referido benefício em razão da inexistência de lei estadual que regulamente as normas constitucionais que asseguram o seu pagamento. O Sindicato resolve, então, contratar escritório de advocacia para ingressar com a medida judicial, a fim de viabilizar o exercício em concreto por seus filiados, da supramencionada prerrogativa constitucional, sabendo que há a previsão do valor de 20%, a título de adicional noturno, de acordo com o art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho. Tendo em vista o caso acima apresentado, assinale a alternativa correta.

a) A medida judicial cabível é uma Ação Civil Pública, visando proteger direito difuso.

b) Entende-se ser cabível um Mandado de Injunção Coletivo, visando tornar viável o exercício de direito constitucional.

c) A medida cabível é uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, visando garantir a efetividade das normas.

d) A medida judicial cabível é um Mandado de Segurança, com o objetivo de proteger direito líquido e certo.

Questão 17

Durante uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), foi determinada a busca e apreensão de documentos e de computadores nos escritórios das empresas do grupo investigado, tendo sido decretada, em decisão fundamentada, a indisponibilidade de bens e a quebra dos sigilos bancário e fiscal de um dos empresários envolvidos. Com base na situação apresentada, é possível afirmar corretamente que:

a) Os atos determinados pela CPI são todos válidos, visto que a Constituição atribuiu a CPI poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

b) Apenas a busca e apreensão de documentos não pode ser decretada pela CPI.

c) Apenas a indisponibilidade de bens não pode ser decretada pela CPI.

d) A Constituição Federal não permite a decretação pela CPI de indisponibilidade de bens e a diligência de busca e apreensão de documentos.

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Dois amigos, estudantes de Direito, travaram uma batalha quanto às características dos direitos humanos. Um deles bradou a plenos pulmões: "Direitos humanos são apenas para os humanos direitos." O amigo reagiu imediatamente e afirmou que aquele pensamento não condizia com uma das características de tais direitos. Com base no caso narrado, assinale a alternativa que apresenta a característica aplicável:

a) universalidade.

b) essencialidade.

c) superioridade.

d) indisponibilidade.

Questão 19

O professor de Direito Humanos, Jorge Querido, relatou para seus alunos homicídio da missionária norte-americana Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, em uma estrada rural do município de Anapu (PA), no local conhecido como Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança (PDS). Utilizou o trágico crime para explicar que, pouco antes, a Constituição Federal, com a Emenda Constitucional nº 45/2004, passara a prever o Incidente de Deslocamento de Competência, também conhecido como federalização dos crimes contra os direitos humanos. Assinale a alternativa que apresenta corretamente as exigências constitucionais para que haja o deslocamento:

a) Havendo grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

b) Ocorrendo grave violação de direitos humanos, o Procurador Geral de Justiça da localidade, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

c) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

d) Em caso de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, antes da fase instrutória da ação penal, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

Jean, francês radicado no Brasil há muitos anos, faleceu em sua casa em Curitiba, no Paraná, deixando duas filhas e um filho, todos maiores de idade. Suas filhas residem no Brasil, mas o filho se mudara para a França antes mesmo do falecimento de Jean, lá residindo. Jean possuía diversos bens espalhados pelo sul do Brasil e uma propriedade no norte da França.

Com referência à sucessão de Jean, assinale a afirmativa correta.

a)Se o inventário de Jean for processado no Brasil, sua sucessão deverá ser regulada pela lei francesa, que é a lei de nacionalidade de Jean.

b)A capacidade do filho de Jean para sucedê-lo será regulada pela lei francesa.

c)Se Jean tivesse deixado testamento, seria aplicada, quanto à sua forma, a lei da nacionalidade dele, independentemente de onde houvesse sido lavrado.

d)O inventário de Jean não poderá ser processado no Brasil, em razão de existirem bens no estrangeiro a partilhar.

Questão 21

Com base na Convenção de Viena, de 1969, é INCORRETO afirmar:

a) "Reserva" significa uma declaração bilateral, qualquer que seja a sua redação ou denominação, feita pelos Estados ao ratificarem, assinarem, aceitarem ou aprovarem um tratado, ou a ele aderirem, com o fito de excluir o efeito jurídico de certas disposições do acordo.

b) O consentimento de um Estado em obrigar-se por um tratado que tenha sido obtido pela coação de seu representante, por meio de atos ou ameaças dirigidas contra ele, não produzirá qualquer efeito jurídico.

c) Um tratado não cria obrigações nem direitos para um terceiro Estado sem o seu consentimento.

d) "Organização Internacional" significa uma organização intergovernamental.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

O Presidente da República majorou, por meio de Decreto, a alíquota do IOF - Imposto sobre Operações Financeiras incidente nas compras realizadas com cartão de crédito no exterior. O Decreto foi publicado no dia de hoje e passará a ter eficácia a partir de amanhã. Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que essa majoração deve ser considerada:

a) Constitucional, pois a alíquota do IOF pode ser majorada por ato do Chefe do Poder Executivo e essa alteração não se submete ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal.

b) Constitucional quanto ao início da eficácia (amanhã), mas inconstitucional quanto ao veículo normativo utilizado (Decreto).

c) Inconstitucional, pois é vedada a majoração de tributos por meio de Decreto.

d) Inconstitucional, pois não respeitou os Princípios da Anterioridade de Exercício e Nonagesimal.

Questão 23

Um Estado-membro da federação instituiu, por meio de lei, as seguintes alíquotas do IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores para veículos de passeio: 1% para os veículos nacionais e 2% para os veículos importados. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

a) A Constituição Federal autoriza a diferenciação das alíquotas do IPVA em razão da procedência do veículo.

b) A Constituição Federal não autoriza a diferenciação de alíquotas do IPVA.

c) As alíquotas são diferenciadas em razão da progressividade do IPVA.

d) A diferenciação de alíquotas em razão da procedência do veículo é inconstitucional.

Questão 24

Ricardo, Rosenval e Cristiano são irmão gêmeos e coproprietários de um apartamento situado em Ipanema, no Município do Rio de Janeiro e, como tal, são contribuintes do IPTU. No ano de 2019 foi publicada uma lei que isenta os portadores de deficiência intelectual do pagamento desse tributo, sendo este o caso pessoal somente de Rosenval. Com base nos dados apresentados, assinale a afirmativa correta.

a) Ricardo e Cristiano ficarão totalmente exonerados do pagamento, aproveitando-se da isenção em favor de Rosenval, já que a obrigação tributária em questão é solidária.

b) O IPTU poderá ser cobrado de Ricardo, Rosenval ou de Cristiano, pois a solidariedade afasta os efeitos da isenção.

c) Sendo um caso de isenção pessoal, a lei não exonera Ricardo e Cristiano, que permanecerão obrigados a pagar o saldo remanescente, em regime de solidariedade, descontada a parcela isenta em favor de Rosenval.

d) Ricardo e Cristiano permanecem obrigados a pagar integralmente o imposto, não obstante a isenção em favor de Rosenval.

Questão 25

A pessoa jurídica ABC é fabricante e vendedora de produtos químicos. Diante de uma grave crise econômica e financeira, deixou de declarar e recolher o ICMS relativo a fatos geradores ocorridos nos meses de fevereiro a novembro de 2018. Ante essa falta de entrega de declaração, recebeu notificação fiscal expedida pela Fazenda do Estado solicitando os documentos relativos a tais fatos geradores, a serem entregues no prazo de até trinta (30) dias contados do recebimento da notificação. Imediatamente, antes do vencimento do prazo concedido na notificação, efetuou a autodeclaração e pagou os débitos com juros e correção monetária. Ocorre que a pessoa jurídica ABC foi recentemente autuada pela Fazenda do Estado pela falta de entrega de declaração e pelo recolhimento extemporâneo do imposto na data do vencimento legal. Diante da hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta:

a) A autuação está correta, pois a contribuinte só realizou a autodeclaração e pagou os débitos após a recebimento da notificação fiscal.

b) A autuação está incorreta, pois a autodeclaração e pagamento dos débitos exclui a incidência da multa.

c) A autuação está correta, porém, o pagamento realizado pela contribuinte está incorreto, pois não são devidos juros moratórios.

d) A autuação está incorreta, pois o pagamento dos juros moratórios afasta a incidência da multa.

Questão 25

A pessoa jurídica ABC é fabricante e vendedora de produtos químicos. Diante de uma grave crise econômica e financeira, deixou de declarar e recolher o ICMS relativo a fatos geradores ocorridos nos meses de fevereiro a novembro de 2018. Ante essa falta de entrega de declaração, recebeu notificação fiscal expedida pela Fazenda do Estado solicitando os documentos relativos a tais fatos geradores, a serem entregues no prazo de até trinta (30) dias contados do recebimento da notificação. Imediatamente, antes do vencimento do prazo concedido na notificação, efetuou a autodeclaração e pagou os débitos com juros e correção monetária. Ocorre que a pessoa jurídica ABC foi recentemente autuada pela Fazenda do Estado pela falta de entrega de declaração e pelo recolhimento extemporâneo do imposto na data do vencimento legal. Diante da hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta:

a) A autuação está correta, pois a contribuinte só realizou a autodeclaração e pagou os débitos após a recebimento da notificação fiscal.

b) A autuação está incorreta, pois a autodeclaração e pagamento dos débitos exclui a incidência da multa.

c) A autuação está correta, porém, o pagamento realizado pela contribuinte está incorreto, pois não são devidos juros moratórios.

d) A autuação está incorreta, pois o pagamento dos juros moratórios afasta a incidência da multa.

Questão 26

Priscila alugou um dos inúmeros imóveis de sua propriedade a Ivan. Por meio do respectivo contrato de locação intermediado por empresa administradora de bens (imobiliária), restou pactuado que o locatário seria responsável pelo pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel objeto da locação. Ocorre que Ivan não pagou o IPTU do exercício de 2019. Diante de tal hipótese, o Município deve cobrar o referido imposto:

a) Do Ivan e, acaso ele não pague, da Priscila, que responde subsidiariamente pelo pagamento.

b) Da Priscila, do Ivan e da imobiliária, pois há responsabilidade solidária entre eles.

c) Exclusivamente do Ivan, exatamente conforme disposto no contrato de locação, que lhe transferiu o encargo tributário.

d) Da Priscila, pois um contrato de locação que disponha sobre a responsabilidade pelo pagamento de tributos não pode ser oposto à Fazenda Pública para modificar a sujeição passiva tributária.

Questão 27

O Governador do Estado X encaminhou consulta ao seu corpo jurídico, pois desejava constituir pessoa jurídica, destacando um patrimônio afetado à realização de um fim, com personalidade jurídica própria distinta de seu instituidor. Os procuradores responderam informando que deveria ser instituída uma fundação pelo Estado. Contudo, não informaram acerca do regime jurídico desse ente. No caso em tela, os procuradores devem informar que:

a) A qualificação de uma fundação instituída pelo Estado como sujeita ao regime público ou privado depende da lei que a criou.

b) A qualificação de uma fundação instituída pelo Estado como sujeita ao regime público ou privado depende do estatuto de sua criação ou autorização e das atividades por ela prestadas.

c) As atividades de conteúdo econômico, quando definidas como objetos de dada fundação, que seja instituída ou mantida pelo poder público, devem se submeter ao regime jurídico de direito público.

d) As atividades passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, salvo se instituída ou mantida pelo poder público, podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.

Questão 28

César, servidor público, proferiu decisão em procedimento administrativo, concedendo licença de instalação de estabelecimento comercial a Mário. Em seguida, ficou constatado que César não possuía competência para prática do ato, mas apenas para atuar na fase instrutória do procedimento. Mário não tinha ciência dessa circunstância e deu início ao funcionamento do estabelecimento. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) o ato não é passível de convalidação pela autoridade competente, por se tratar de ato vinculado, podendo conceder nova licença, se presentes os requisitos para a sua edição, sem efeitos retroativos.

b) o ato não é passível de convalidação, mas pode ser sanado, judicialmente, em processo intentado para este fim pelo particular.

c) o ato é passível de convalidação, desde que presentes os requisitos para a sua edição e não se evidencie prejuízo ao interesse público, não sendo admitida a retroação dos efeitos à data da edição da decisão original.

d) o ato é passível de convalidação pela autoridade competente, se não se tratar de competência privativa ou exclusiva, desde que presentes os pressupostos para sua edição e não haja lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.

Questão 29

Em 01/02/2010, Augusto tomou posse no cargo de professor substituto, tendo sido aprovado em concurso público de provas e títulos, em 10/09/2009. Em 20/07/2015, o órgão responsável pelo concurso público verificou que Augusto utilizou de documento fraudulento para comprovar títulos que, na verdade, não possuía. Por essa razão, deu início a procedimento administrativo que culminou com a anulação da nomeação e posse de Augusto, bem como sua exoneração do cargo, em 01/11/2015. Inconformado, Augusto procurou um advogado, que afirmou corretamente que:

a) caberá a impetração de mandado de segurança para garantir o direito líquido e certo de Augusto à efetivação no cargo, em razão da aplicação da Teoria do Fato Consumado.

b) caberá a impetração de mandado de segurança para anular o ato administrativo de exoneração, considerando que houve decadência, pelo decurso do prazo de 5 anos.

c) não houve direito adquirido à efetivação no cargo, uma vez que o ato a ser anulado afrontou diretamente norma constitucional.

d) não caberá a impetração de mandado de segurança, mas houve direito adquirido à efetivação no cargo público, pelo decurso do prazo de 5 anos, contados da data em que foram praticados os atos administrativos de que decorreram efeitos favoráveis.

Questão 30

O Município de Alto Céu celebrou contrato com a empresa privada Tudo Limpo. Por meio deste contrato, a empresa, com seus funcionários, obrigou-se a fazer o serviço de limpeza dos prédios públicos, recebendo, em contraprestação, R$ 50 mil (cinquenta mil reais) mensais. Contudo, a empresa começou a enfrentar dificuldades financeiras, e passou a não mais pagar os salários e demais verbas trabalhistas de seus funcionários, nem tampouco os encargos previdenciários. A administração pública, na fiscalização do contrato, constatou o fato, e deseja tomar providências para resolver a situação. Nesse caso:

a) A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

b) A inadimplência do contratado poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

c) A Administração Pública responde subsidiariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

d) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Questão 31

O Estado Y iniciou o procedimento de diversas licitações, na modalidade concorrência, visando a alienação de imóveis que não mais servem aos fins da Administração pública, objetivando a obtenção de receita adicional para aplicar na expansão de ações prioritárias de governo, especialmente na área de saúde e segurança. No entanto, alguns editais foram publicados, sem que ninguém comparecesse para disputá-los. Diante de tal situação, é correto afirmar:

a) o estado poderá realizar nova licitação, porém, sendo cabível a modalidade convite.

b) poderá ser realizada contratação direta, justificadamente, se a licitação não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas todas as condições preestabelecidas.

c) por se tratar de bens imóveis, a licitação depende de autorização legislativa, de avaliação prévia e poderia ser realizada na modalidade de concorrência ou de pregão.

d) poderá ser realizada nova licitação, na modalidade de leilão para os imóveis remanescentes de desapropriações.

Questão 32

Juninho, jovem eleitor de 17 anos do Município Y, participa de um programa numa rádio comunitária de sua cidade, mas que possui cobertura em diversos municípios próximos. Certo dia, Juninho recebeu uma ligação de um ouvinte noticiando que o Prefeito do Município X havia determinado que fossem encerradas as atividade de um centro poliesportivo e artístico local, sob o fundamento de que a manutenção deste estava demandando alto valor para os cofres públicos. No entanto, o centro abrigava diversas modalidades de esportes e artes, sendo responsável por formar vários adolescentes e inibir o uso de drogas e o cometimento de atos infracionais. Diante dessa situação, Juninho procurou advogado, que informou corretamente que:

a) Juninho deverá impetrar mandado de segurança, desde que assistido por seu representante legal, a fim de garantir o direito fundamental líquido e certo à educação e lazer.

b) Juninho não poderá impetrar ação popular, visando a anulação do ato lesivo aos bens e direitos de valor artístico, uma vez que ele é eleitor do Município Y.

c) Juninho poderá impetrar ação popular, visando a anulação do ato lesivo aos bens e direitos de valor artístico, no Município Y ou no Município X.

d) Juninho não poderá impetrar ação popular, por ausência de legitimidade processual, em razão da sua menoridade.

Questão 33

Após estudos técnicos e consulta pública, o Presidente da República Jair Bolsonaro, por intermédio de um decreto, cria a APA Recanto dos Pássaros. É uma unidade de conservação extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Neste caso, e considerando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, marque a opção correta:

a) A Área de Proteção Ambiental criada pode ser constituída por terras públicas ou privadas.

b) É obrigatório que o Plano de Manejo da APA contemple a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

c) A APA prescinde de Plano de Manejo.

d) O Governo Federal não pode criar uma APA por decreto. Neste caso, haveria a necessidade de uma lei federal específica.

Questão 34

O Ministério de Minas e Energia pretende ampliar a oferta de energia nuclear, com a construção de um novo reator para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional. Sobre o tema, marque a opção correta:

a) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

b) A responsabilidade civil por danos nucleares depende da existência de culpa, ou seja, é subjetiva.

c) O licenciamento ambiental da atividade será competência do Município que sediar a usina.

d) É dispensado o licenciamento ambiental, por ser caso de utilidade pública e ser atividade estratégica para o Governo Federal. Há, no entanto, a necessidade de consulta à população diretamente afetada pelo empreendimento.

Questão 35

Até 10/09/2018, vigorava, no Município Alfa, a Lei A, que estipulava o prazo de quinze dias para interposição de requerimentos administrativos pelos particulares. Na referida data, entrou em vigor a Lei B, que alterou o referido prazo para trinta dias e revogou, neste ponto, a Lei A. No entanto, posteriormente, o Município editou a Lei C, de 20/12/2018, com apenas um artigo, contendo o seguinte texto: "Art. 1º: Revoga-se Lei B". Diante dessa situação, é correto afirmar que:

a) salvo disposição contrária, a Lei B passou a vigorar em 10/10/2018.

b) trinta dias após a publicação da Lei C, a Lei A volta a vigorar.

c) quarenta e cinco dias após a publicação da Lei C, a Lei B não mais vigorará.

d) com a publicação da Lei C, a Lei A volta a vigorar imediatamente.

Questão 36

Romildo, avô de Maria, comprometeu-se a doar uma casa a ele e à seu noivo Fernando, desde que eles viessem a contrair matrimônio. Estes, então, decidiram se casar. Três meses antes da celebração do casamento, Maria tomou conhecimento que o vizinho do imóvel vem danificando o bem de Romildo, de modo que a continuação poderá até mesmo destruir o imóvel por completo. Diante dessa situação, Maria e Fernando consultam um advogado que os informa corretamente que:

a) o casal nada poderá fazer, visto que possuem apenas expectativa de direito, sendo de Romildo a legitimidade para propor ação visando a preservação do bem.

b) o casal nada poderá fazer, devendo aguardar a celebração do casamento e a efetivação da doação para que possam impedir os atos de destruição do bem.

c) o casal poderá ajuizar ação judicial visando a preservação do bem, pois, implementado o termo inicial, eles já possuem direito adquirido.

d) o casal poderá ajuizar ação judicial visando a preservação do bem, pois titulares de direito eventual, pendente de condição suspensiva.

Questão 37

Em 30/03/2017, Flávio, submeteu-se a uma cirurgia de emergência, e solicitou a restituição das despesas médicas e hospitalares à seguradora "Healthy", com a qual possui contrato de seguro saúde. Em 10/09/2017, a seguradora respondeu a solicitação de Flávio, negando a restituição, sob o argumento de que o procedimento realizado não estava previsto especificamente no contrato de seguro, o que o levou a contratar um advogado para que fossem tomadas as devidas providências. Em 25/05/2018, foi ajuizada ação pleiteando o ressarcimento das despesas. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

a) a ação não está prescrita, pois o cômputo teve início no dia que Flávio tomou ciência da recusa da seguradora em reembolsar os valores.

b) a ação está prescrita, pois decorreu mais de um ano entre a data da cirurgia e o ajuizamento da ação.

c) a ação está prescrita, pois o vencimento da obrigação se deu na data da realização da cirurgia.

d) a ação não está prescrita, pois não decorreu três anos entre a data da cirurgia e o ajuizamento da ação.

Questão 38

Justino e Joaquim são irmãos e possuem uma fazenda que explora atividade agropecuária. Eles decidiram comprar de Joverto um cavalo especial, bastante veloz, para facilitar o deslocamento dentro do terreno, que poderia ser Tonico, ou Tinoco. No dia convencionado para a entrega do animal, Joverto levou Tonico para o local em que seria realizado o adimplemento da obrigação. Chegando lá, estava apenas Justino, pois Joaquim havia viajado para resolver outros negócios. Diante dessa situação, Joverto deve:

a) entregar o cavalo à Justino, pois diante de uma solidariedade da obrigação.

b) consignar em pagamento qualquer um dos cavalos, para fins de receber quitação.

c) disponibilizar Tonico e Tinoco, para que ambos os credores escolham, sob pena de incorrer em mora.

d) exigir caução de retificação de Justino.

Questão 39

Hugo era empregado como caseiro da casa de praia de Alberto havia muitos anos. Em 10/07/2015, Alberto faleceu e nenhum parente compareceu à casa de praia ou se apresentou à Hugo, que, embora demitido pelo inventariante do espólio de Alberto, manteve-se no imóvel, cuidando dele. Hugo conseguiu outro emprego e diversas benfeitorias para a manutenção do imóvel às suas expensas. Em 20/09/2018, Hugo chegou em casa do trabalho e foi surpreendido, com a ocupação do imóvel por dois tios de Alberto, dizendo-se proprietários do bem. Diante dessa situação, Hugo:

a) poderá exigir indenização pelas benfeitorias que fez no imóvel, mas não poderá pleitear a posse, uma vez que era mero detentor.

b) não poderá exigir indenização pelas benfeitorias que fez no imóvel, nem tampouco pleitear a posse, uma vez que agiu de má-fé.

c) poderá utilizar os atos de defesa, indispensáveis à manutenção, ou restituição da posse.

d) nada poderá fazer, uma vez que os tios de Alberto são os possuidores do bem e agiram mediante legítimo desforço possessório.

Questão 40

Daniel e Priscila, com 30 e 25 anos, respectivamente, decidiram se casar. Contudo, a família de Priscila possui vasto patrimônio e receio do casamento não perdurar por muito tempo. Por essa razão, Priscila procurou um advogado solicitando a elaboração de pacto antenupcial, por meio do qual deseja estipular que apenas os bens adquiridos após dez anos de casamento sejam comunicados. No tocante aos bens adquiridos antes da celebração do matrimônio, estes deverão observar exclusivamente o regime da separação total. O advogado deveria informar corretamente que:

a) essas disposições são válidas, podendo os nubentes convencionar livremente o regime de bens, por meio de escritura pública.

b) essas disposições são nulas, pois contrariam absolutamente a lei.

c) essas disposições são válidas, desde que os nubentes adotem o regime de participação final nos aqüestos, por meio de escritura pública ou privada.

d) essas disposições devem ser interpretadas unicamente como regime de separação de bens.

Questão 41

Tomas e Marília são casados sob o regime de separação total de bens. Tomas é pai de Pedro, e Marília é mãe de Paula, ambos os filhos concebidos com outros genitores, antes do casamento. O casal possui também uma filha comum, Pamela. Marília descobriu traição de Tomas e o casal se separou de fato. Um ano após a separação, mas antes de tomarem medidas voltadas para a dissolução conjugal, Tomas faleceu, deixando considerável patrimônio. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

a) Marília receberá um quarto da herança, sendo o restante dividido entre Pedro e Pamela.

b) Marília, Pedro e Pamela receberão o mesmo valor de herança.

c) Pedro e Pamela dividirão igualmente a totalidade da herança.

d) Marília receberá metade da herança, sendo a outra metade dividida entre Pedro e Pamela.

Questão 42

Danilo e Dandara são pais de três filhos: Amâncio, Brenda e Capitulino. Em razão do auto isolamento indicado para a população brasileira, as crianças tiveram suas aulas suspensas e estão em casa. Depois de alguns dias, os desentendimentos começaram a surgir e, num ato de impaciência, Danilo gritou com os filhos, deu algumas palmadas em Amâncio e ameaçou prender Capitulino ao pé da mesa. Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente:

a) Danilo poderá ser preso em razão das atitudes praticadas contra seus filhos.

b) As medidas punitivas possíveis aos pais serão aplicadas pelo Conselho Tutelar ou pelo Ministério Público.

c) Danilo poderá ser advertido, encaminhado a cursos ou programas de orientação, mas não há a necessidade de ser encaminhado a tratamento psiquiátrico.

d) O castigo físico pode ser compreendido como uma ação de natureza disciplinar ou punitiva, com uso da força física, resultando em sofrimento físico ou lesão.

Questão 43

Francisca e Luís iniciaram o processo de adoção de Ana em março de 2019. Em julho de 2019, Francisca descobriu vários casos extraconjugais do seu marido e, no curso do processo de adoção, o casal se divorciou. Nesse caso, é correto afirmar que a adoção

a) Não será deferida pois ficou evidente que Francisca e Luís não poderão prover um ambiente emocionalmente equilibrado para Ana.

b) Não poderá ser deferida, exceto se o estágio de convivência for realizado com apenas um dos cônjuges, Francisca ou Luís, após pareceres favoráveis da equipe de assistência social.

c) Poderá ser deferida e, nesse caso, será dispensado o estágio de convivência.

d) Poderá ser deferida, sendo possível a guarda compartilhada entre Francisca e Luís, desde que demonstrado o efetivo benefício a Ana.

Questão 44

A empresa ALFA, famosa pelas suas lojas de departamentos, veiculou, em panfletos, a seguinte propaganda: "Moda é comprar seu celular na ALFA e pagar em até 10 parcelas fixas". Na publicidade, constavam imagens de diversos modelos de aparelhos de telefone celular que eram vendidos pela loja, mas sem a indicação dos preços, especificações, juros. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) Essa publicidade é considerada abusiva, uma vez que a informação ou comunicação de caráter publicitário, é capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

b) Essa publicidade não é considerada enganosa, pois, para a caracterização da ilegalidade omissiva, a ocultação deve ser de qualidade essencial do produto, do serviço ou de suas reais condições de contratação, considerando, na análise do caso concreto, o público alvo do anúncio publicitário.

c) Essa publicidade é considerada enganosa, pois a informação ou comunicação de caráter publicitário, é capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

d) Essa publicidade é abusiva, em razão da omissão do "preço" no encarte publicitário, sem verificar os pressupostos objetivos e subjetivos da substancialidade do dado omitido.

Questão 45

BANDADOS é uma empresa que trabalha com a gestão e o fornecimento de informações relacionados com consumidores e que estão armazenadas em seu banco de dados. Ela oferece um serviço às empresas, por meio do qual emitem um relatório geral contendo várias informações sobre o consumidor, dentre elas o endereço, telefones, e-mails, situação na Receita Federal, possíveis parentes, entre outros. Laura toou conhecimento que seus dados pessoais estavam armazenados pela BANDADOS e foram disponibilizados para uma determinada empresa com quem ele estava negociando. Diante dessa situação, Laura procurou um advogado, que lhe informou corretamente que:

a) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor apenas quando solicitada por ele.

b) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter privado.

c) Por se tratar de dados usualmente fornecidos pelos próprios consumidores quando da realização de qualquer compra no comércio, não há responsabilidade do gestor do banco de dados.

d) Configura dano moral *in re ipsa* a ausência de comunicação acerca da disponibilização/comercialização de informações pessoais em bancos de dados do consumidor.

Questão 46

De acordo com o artigo 966 do Código Civil, é adequado assegurar que a empresa se perfaz no

a) sujeito praticante da atividade de produção e comércio de bens e serviços de forma organizada, profissional e com busca de lucro.

b) na própria atividade de produção e comércio de bens e serviços de forma organizada, profissional e busca de lucro.

c) ato de comércio.

d) local onde se desenvolve a atividade empresarial

Questão 47

Assinale a alternativa que indique a sociedade unipessoal limitada no Código Civil

a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.

b) a pessoa jurídica que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.

c) Equiparado ao empresário individual que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.

d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada, ainda que não tenha integralizado o capital social empregado na produção.

Questão 48

As redes sociais "Instagram" e "facebook" integram:

a) o Ponto.

b) a Patente.

c) O título do estabelecimento.

d) o Estabelecimento.

Questão 49

A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída

a) por pessoa natural que já integre outra EIRELI.

b) apenas por pessoas naturais.

c) pessoas naturais ou jurídicas individuais.

d) por pessoa jurídica que já tenha constituído outra EIRELI.

Questão 50

Indique a alternativa adequada sobre a capacidade de ser empresário e a faculdade dos cônjuges em contratar sociedade.

a) Possuem capacidade para serem sócios entre si os casados no regime de separação obrigatória.

b) Apenas podem ser sócios entre si cônjuges casados sob o regime de separação de bens.

c) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens.

d) Os separados judicialmente não podem contratar sociedade entre si e com terceiros, salvo se já feita a partilha de bens.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Pedro é um aluno do início do curso de Direito mas sempre quis estagiar. Por esse motivo, seu tio, advogado, convidou para que ele integrasse o quadro de estagiários do escritório. No primeiro dia de estágio, sem qualquer supervisão, Pedro recebeu a petição inicial e a documentação para protocolar uma ação. Pedro, sem querer incomodar ninguém, nada perguntou e dirigiu-se à 1ª Vara Cível da comarca de sua cidade. Retornando ao escritório, o tio perguntou se havia dado tudo certo na Justiça do Trabalho. Pedro explicou todo o ocorrido ao tio. Com base nos seus conhecimentos, assinale a alternativa correta:

a) O juiz não resolverá o mérito e a ação será extinta em razão da incompetência absoluta da Justiça Comum Estadual para a causa.

b) A ação será julgada extinta sem resolução do mérito em razão da incompetência relativa da 1ª Vara Cível.

c) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício. Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.

d) Pedro e seu tio não precisam se preocupar pois, nesse caso, haverá a prorrogação da competência e o processo será julgado normalmente.

Questão 52

Apesar do ocorrido no primeiro dia de estágio, Pedro manteve-se firme e, na semana seguinte, foi incumbido de redigir a petição inicial de uma ação indenizatória por danos materiais e morais. Para evitar qualquer erro, o tio orientou que ele usasse o Código de Processo Civil para garantir que todos os requisitos fossem cumpridos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) A qualificação das partes deve apresentar os nomes, prenomes, estado civil, existência de união estável, a profissão, o endereço, mas não é necessário indicar o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

b) O pedido de citação do réu é obrigatório, sob pena de indeferimento da petição inicial.

c) Caso o autor não disponha de todas as informações para a devida qualificação do réu, poderá, na petição inicial, requerer que o juiz dispense a indicação de tais informações.

d) Se o juiz verificar que a petição inicial não preenche os requisitos, determinará que o autor, em 15 dias, a emende ou a complete. Nesse caso, o juiz deverá indicar precisamente o que deve ser corrigido ou completado.

Questão 53

Feita a citação do réu da ação indenizatória, o juiz designou a realização da audiência de conciliação ou de mediação. Para permitir que o sobrinho adquirisse o máximo de conhecimento, o tio determinou que Pedro acompanhasse a parte autora. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

a) A audiência de conciliação ou de mediação deve ser agendada com antecedência mínima de 30 dias e o réu deve ser citado com, pelo menos, 20 dias de antecedência.

b) O Código de Processo Civil permite que a autora seja acompanhada apenas pelo estagiário Pedro, sem a presença do seu tio (advogado).

c) A parte autora deve comparecer obrigatoriamente à audiência, sendo-lhe vedada a constituição de representante.

d) Só poderá ser designada uma única audiência de conciliação ou de mediação, visando a celeridade processual.

Questão 54

O réu da ação indenizatória ficou bastante inconformado com tudo que leu na petição inicial e, não apenas quis contestar os pedidos feitos pelo autor, mas resolveu contra-atacar. Considerando essa situação, pode-se afirmar que Pedro estará diante de uma reconvenção que:

a) só poderá ser apresentada juntamente com a contestação.

b) restará prejudicada e não prosseguirá em caso de desistência da ação ou ocorrência de causa extintiva que impeça o seu exame de mérito.

c) pode ser apresentada proposta contra autor e terceiro pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

d) não precisa apresentar conexão com a ação principal ou com o fundamento de defesa.

Questão 55

Sendo impossível a autocomposição das partes e face a apresentação de contestação e reconvenção pelo réu, o tio de Pedro o avisou para estudar sobre a audiência de instrução e julgamento. Segundo ele, não seria possível o julgamento antecipado da lide e, assim, esse novo ato processual seria conhecido pelo sobrinho. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

a) Instalada a audiência, não tentará conciliar as partes pois houve audiência de conciliação ou de mediação e, na oportunidade, as partes não chegaram a um acordo.

b) O juiz exerce o poder de polícia e tem o poder-dever de manter a ordem e o decoro na audiência, podendo ordenar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente, mas não está obrigado a registrar em ata todos os requerimentos apresentados, apenas aqueles que interferirem, diretamente, no julgamento do mérito.

c) A audiência poderá ser adiada por convenção das partes, por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 minutos do horário marcado e se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar.

d) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência. Tal regra não se aplica ao Ministério Público quando atuar como fiscal da ordem jurídica.

Questão 56

Realizada a audiência de instrução e julgamento, todos ficaram ansiosos pela sentença. O tio de Pedro explicou rapidamente que a sentença resolveria o mérito, mas que deveria estar fundamentada. Sobre os elementos e efeitos da sentença, assinale a alternativa correta:

a) Os elementos essenciais da sentença são o relatório, os fundamentos e o dispositivo. O dispositivo apresentará a decisão do juiz sobre as questões principais que lhe foram submetidas. Os fundamentos devem apresentar a análise do juiz sobre as questões de fato e de direito. O relatório, dispensado em Juizados Especiais, deverá conter o nome das partes, a identificação do caso, indicando o pedido e da contestação, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento processual.

b) O juiz poderá empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso, sem que isso traga consequências processuais relevantes.

c) A depender do caso que lhe for apresentado, dos fatos envolvidos e dos bens jurídicos, o juiz poderá proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

d) Depois de proposta a ação, nenhum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito poderá influir no julgamento do mérito.

Questão 57

A sentença proferida pelo magistrado de 1º grau apresentou algumas omissões e Pedro sugeriu ao tio que opusessem embargos de declaração. O tio, muito ocupado com outras ações, pediu que Pedro elaborasse a referida peça. Pedro deverá ficar atento pois:

a) os embargos de declaração só são cabíveis contra sentenças ou acórdãos.

b) os embargos de declaração serão opostos em até 15 (quinze) dias úteis, em petição dirigida ao juiz da causa, devendo indicar as omissões.

c) a omissão pode dizer respeito à falta de manifestação sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

d) os embargos serão opostos em petição dirigida ao juiz, mas o seu julgamento caberá ao órgão hierarquicamente superior.

DIREITO PENAL

58. Suponha que, em troca de tiros com policiais, certo traficante atinja o soldado A, e o mesmo projétil também atinja o transeunte B, provocando duas mortes. Nesse caso, ainda que não tenha pretendido matar B, nem aceito sua morte, o atirador:

a) responderá por dois homicídios, sendo a hipótese de concurso formal imperfeito.

b) responderá apenas por um homicídio, pois não agiu com dolo em relação ao segundo.

c) responderá por dois homicídios dolosos, pois a hipótese é de concurso material.

d) responderá pelos dois homicídios, sendo a hipótese de concurso formal perfeito.

59. Fabio, indignado com a recusa de Luciana em aceitar seu amor, comparece a uma delegacia e, perante a autoridade policial, declara, mentirosamente, que sua colega de trabalho, casada, honesta, cometeu adultério consigo, durante recente viagem conjunta de serviço. Qual crime cometeu Fabio?

a) calúnia (Art.138 CP)

b) difamação. (Art.139 CP)

c) injúria. (Art.140 CP)

d) denunciação caluniosa.(Art.339 CP)

60. Jose obrigou Flavia, com idade de 13 anos a praticar com ele sexo oral e anal, ameaçando-a com uma arma de fogo. Ao final das crueldades, Jose levou Flavia até a beira de um rio, amarrou seu corpo em uma pedra e a atirou no rio para que morresse afogada e não pudesse noticiar o fato à polícia. Qual(is) o(s) crime(s) praticado(s) por Jose?

a) Estupro seguido de morte (crime preterdoloso).

b) Estupro de vulnerável e homicídio qualificado em concurso material.

c) Estupro e homicídio qualificado em concurso material.

d) Homicídio qualificado sendo que o Estupro fica absorvido.

61. Daniela é médica pediatra, trabalhando no hospital municipal em regime de plantão. De acordo com a escala de trabalho divulgada no início do mês, Daniela seria a única médica no plantão que se iniciava no dia 5 de janeiro, às 20h, e findava no dia 6 de janeiro, às 20h. Contudo, depois de passar toda a noite do dia 5 sem nada para fazer, Daniela resolve sair do hospital um pouco mais cedo para participar da comemoração do aniversário de uma prima sua. Quando se preparava para deixar o hospital às 18h do dia 6 de janeiro, Daniela é surpreendida pela chegada de José, criança de apenas 06 anos, ao hospital precisando de socorro médico imediato. Daniela percebe que José se encontra em estado grave, mas decide deixar o hospital mesmo assim, acreditando que Joaquim da Silva (o médico plantonista que a substituiria às 20h) chegaria a qualquer momento, já que ele tinha o hábito de se apresentar no plantão sempre com uma ou duas horas de antecedência. Contudo, naquele dia, Joaquim chega ao hospital com duas horas de atraso (às 22h) porque estava atendendo em seu consultório particular. José de Souza morre em decorrência de ter ficado sem atendimento por quatro horas.

Qual (is) crime (s) praticaram Daniela e Joaquim, respectivamente?

a) Homicídio culposo e homicídio culposo.

b) Omissão de socorro e omissão de socorro.

c) Homicídio doloso e homicídio culposo.

d) Homicídio doloso e nenhum crime.

62. Sobre a Teoria do Domínio do Fato, adotada atualmente em nosso ordenamento jurídico para delimitação da autoria e coautoria, pode-se afirmar que :

a) entende como autor quem domina a realização do fato, quem tem poder sobre ele, bem como quem tem poder sobre a vontade alheia; partícipe é quem não domina a realização do fato, mas contribui de qualquer modo para ele.

b) entende como autores todos aqueles que intervenham no processo causal de realização do tipo, independentemente da importância que a sua colaboração possua dentro da totalidade do fato, questão que só tem interesse no momento da fixação da pena.

c) é aceita pelos doutrinadores nacionais embora não seja aceita pela jurisprudência.

d) não tem aplicação prática no direito penal brasileiro.

63. Determinado sujeito se encontra em estado terminal de doença grave e, desenganado pelos médicos, autoriza expressamente sua morte assistida, fato este que é realizado por seu irmão mediante autorização escrita e registrada em cartório. De acordo com nosso ordenamento jurídico penal, tal conduta constitui hipótese de:

a) Crime de homicídio privilegiado realizado em situação de exclusão da culpabilidade do fato.

b) crime de homicídio privilegiado cometido em situação compatível com o perdão judicial, causa de extinção da punibilidade do fato.

c) crime de homicídio doloso privilegiado, sem qualquer causa de justificação.

d) homicídio doloso praticado através do consentimento do ofendido, causa supra legal de exclusão da ilicitude do fato.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

O advogado de Miguel, réu em processo criminal, viu contra si instaurado, por Portaria do Delegado de Polícia, inquérito policial para investigar o crime de falsificação de documento público. Você, advogado, decide impetrar habeas corpus contra a instauração desse inquérito policial. Sabendo que sua ação de habeas corpus não foi conhecida pelo magistrado competente, o recurso cabível será

a) recurso em sentido estrito, em 5 dias.

b) recurso de apelação, em 5 dias.

c) recurso ordinário constitucional, em 15 dias.

d) reclamação constitucional, em 15 dias.

Questão 65

Carlito, jovem de 19 anos, inconformado com o comportamento de sua esposa Patrícia que não permite que ele jogue videogame, ameaça a moça com os seguintes dizeres: "se atrapalhar meu jogo novamente, eu mato você". A ameaça foi proferida no dia 01.01.2015. Hoje, 16.03.2020, logo após seu divórcio, Patrícia procura o delegado de polícia de sua cidade querendo providências criminais contra seu ex-marido Carlito pela ameaça proferida e gravada em 2015. Diante dessa situação, assinale a alternativa CORRETA:

a) o delegado não poderá instaurar o inquérito policial pela decadência do direito de representação.

b) o delegado poderá instaurar o inquérito policial e, após a sua conclusão, encaminhar a investigação para o ofendido, já que esse delito se processa mediante queixa.

c) o delegado não poderá instaurar o inquérito policial pela decadência do direito de queixa.

d) por ser um crime relacionado à Lei Maria da Penha, não poderá o agressor se valer de causas extintivas de punibilidade.

Questão 66

Josué, primário e de bons antecedentes, foi induzido por um policial disfarçado a praticar um crime. Após o aceite, ambos foram até a residência da vítima para enganá-la e obter vantagem patrimonial indevida. Toda a polícia da cidade acompanhava o desenrolar da história. Após tentar aplicar o golpe na vítima, Josué foi preso em flagrante pelo próprio policial que o induziu a cometer o crime de estelionato. Diante das informações acima narradas, aponte a alternativa CORRETA:

a) a prisão deverá ser relaxada por se tratar de flagrante esperado.

b) a prisão deverá ser relaxada por se tratar de flagrante preparado.

c) a prisão deverá ser relaxada por se tratar de flagrante diferido.

d) a prisão deverá ser relaxada por se tratar de flagrante presumido.

Questão 67

Pedro, decidido a agredir Cristiano, seu pior inimigo, efetivamente cumpre o seu intento ao encontrá-lo em uma festa. Começa a desferir socos em sua cara incessantemente e, por imprudência, acaba gerando a sua morte, mesmo sem ter essa intenção. Diante do cadáver de Cristiano, assinale a alternativa INCORRETA:

a) a depender da vítima da lesão, a ação penal pode ser pública condicionada ou incondicionada.

b) a competência será do Tribunal do Júri.

c) o crime praticado por Pedro admite fiança.

d) o delito praticado por Pedro exige perícia.

Questão 68

Marquinhos está sendo processado por ter se envolvido em uma fatalidade. Estava em um barco na região do litoral norte quando o condutor se afastou muito da costa. Diante de uma tempestade repentina, o barco virou no meio do oceano. Para a surpresa de todos os 14 integrantes, só havia uma boia no barco e quem não segurasse nela seria afogado pela força das ondas e da maré. Infelizmente, Marquinhos dolosamente afogou os outros 13 passageiros até mata-los, ficando com a boia até o resgate chegar. Sabendo que a situação foi filmada pela câmera instalada no barco, você como advogado de Marquinhos, deverá pedir a sua absolvição sumária:

a) por excludente de tipicidade, diante da ausência de resultado jurídico.

b) por excludente de ilicitude, diante do estado de necessidade.

c) por excludente de culpabilidade, diante do erro de proibição.

d) por excludente de punibilidade, diante do perdão judicial.

Questão 69

Cristóvão, advogado criminalista em sua comarca, ao elaborar os seus memoriais teve certeza do provimento de seus pedidos. Entretanto, Marco Aurélio, o juiz sentenciante, ignorou todos os pedidos feitos por Cristóvão e condenou o seu cliente sem sequer considerar as alegações do causídico. Diante dessa absurda situação, Cristóvão deverá:

a) interpor recurso em sentido estrito pela nulidade da decisão por falta de fundamentação (CPP, art. 581, XIII).

b) opor embargos infringentes pela contradição entre a condenação e as teses de defesa alegada (CPP, art. 609, parágrafo único).

c) opor embargos de declaração por conta da omissão jurisdicional (CPP, art. 382).

d) interpor apelação com preliminar de nulidade por violação do contraditório (CPP, art. 593, I).

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

A empresa "XPTO" Ltda. visa abrir novos postos de trabalho com o intuito de expandir os negócios no ramo hoteleiro.

Diante das recentes alterações legislativas na seara trabalhista, o empregador, João da Silva, procura o setor de Recursos Humanos e sugere que a contratação seja realizada na modalidade de contrato verde e amarelo e, de pronto, indica o ex-aprendiz da empresa, Pedro Henrique, 18 anos, desempregado e sem nunca ter tido nenhum outro vínculo empregatício.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

a) O ex-aprendiz não pode ser contratado na modalidade verde e amarelo, já que possui vínculo anterior com o empregador.

b) O ex-aprendiz pode ser contratado na modalidade verde e amarelo, se anteriormente só tiver tido vínculo como aprendiz, contrato de experiência, trabalho intermitente e trabalho avulso.

c) O ex-aprendiz pode ser contratado na modalidade verde e amarelo, desde o contrato não ultrapasse o lapso temporal máximo de 36 meses.

d) O ex-aprendiz pode ser contratado na modalidade verde e amarelo, desde o contrato não ultrapasse o lapso temporal máximo de 6 meses.

Questão 71

Zé da Alegria foi contratado pela floricultura "Viva o amor" Ltda. para exercer a função de atendente das encomendas realizadas pelos grandes apaixonados por flores.

A floricultura estava em grande ascensão e já contava com mais 20 empregados na unidade, e visando facilitar as anotações no cartão de ponto, optou, por meio de acordo individual, a instituição do "ponto por exceção".

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

a) Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, apenas mediante a pactuação por negociação coletiva.

b) Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

c) A Consolidação das Leis do Trabalho não admite a utilização do registro de ponto por exceção, sendo sempre obrigatória a anotação do horário de entrada e saída dos empregados.

d) A Consolidação das Leis do Trabalho não admite a utilização do registro de ponto por exceção, sendo obrigatória a anotação do horário de entrada e saída dos empregados nas empresas com mais de vinte empregados.

Questão 72

Sandy foi admitida como empregada doméstica de Carmen Miranda em 16 de dezembro de 2017, para exercer jornada de trabalho de 8 horas diárias e com 30 minutos de intervalo intrajornada, mediante contrato de trabalho escrito.

Acerca do tema intervalo, assinale a alternativa correta.

a) O intervalo pactuado é inválido, devendo o período suprimido ser indenizado com adicional de 50%.

b) O intervalo pactuado é inválido, devendo o período integral de intervalo ser indenizado com adicional de 50%.

c) O intervalo pactuado é inválido, devendo o período suprimido ser pago na modalidade de hora extra.

d) O intervalo pactuado é válido, não havendo qualquer indenização, no presente caso.

Questão 73

A empregada, Rosalina, relatou ao seu advogado que a contar do esgotamento da vigência da convenção coletiva de trabalho de sua categoria, a escola em que trabalha como professora deixou de fornecer plano de saúde e auxílio-creche, o que a está inclinando a pedir demissão, diante de tal afronta.

Diante da narrativa, assinale a alternativa correta.

a) A empregada possui direito a manutenção do plano de saúde e auxílio-creche, já que tais direitos integram ao contrato de trabalho, em caráter definitivo.

b) A empregada possui direito a manutenção do plano de saúde e auxílio-creche, caso o acordo tenha sido pactuado com uma hipersuficiente.

c) A empregada não possui direito a manutenção do plano de saúde e auxílio-creche, já que vedada a ultratividade dos instrumentos coletivos.

d) A empregada não possui direito a manutenção do plano de saúde e auxílio-creche, já é direito do empregador, dentro do poder diretivo do contrato, realizar tais alterações.

Questão 74

A partir de fevereiro de 2018, a empregadora, "Estudo Feliz" Ltda., tem convidado os professores a participarem de reuniões no sindicato para fins de assinarem um termo de quitação das verbas anual, o que tem gerado desconforto entre os trabalhadores.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

a) É válido as partes firmarem o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas perante o sindicato dos empregados da categoria, com eficácia liberatória geral.

b) É válido as partes firmarem o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas perante o sindicato dos empregados da categoria, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

c) É válido as partes firmarem o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas perante o sindicato dos empregados da categoria, apenas quando se tratar de empregado hipersuficiente.

d) É inválida as partes firmarem o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas sem a homologação do Ministério da Economia.

Estratégia OAB

Questão 75

Fernando acaba de ser dispensa da empresa em que trabalha na condição de empreiteiro, tendo sido cientificado que o aviso prévio será indenizado. Nesta situação, o pagamento dos valores devidos, deverá ser feito

a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato.

b) até 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato.

c) no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho.

d) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

Questão 76

Priscilinha ingressa com Reclamação Trabalhista perante a sua ex-empregadora, "Livros Jurídicos" Ltda., sendo a demanda julgada totalmente improcedente. Acerca dos honorários de sucumbência, observa-se que

a) não são devidos ao advogado que esteja atuando em causa própria.

b) são devidos nas ações contra a Fazenda Pública e naquelas em que o sindicato atua como substituto processual.

c) não são devidos nas ações em que a parte está assistida pelo sindicato de sua categoria.

d) podem ser compensados quando houver procedência parcial.

Questão 77

O empregado, Zeca da Alegria, celebrou acordo extrajudicial com seu empregador, XPTO Ltda., e pretende a homologação pelo juiz do trabalho da localidade. Nesta situação, é correto afirmar que as partes

a) poderão dispensar a representação por advogado, tendo em vista o jus postulandi assegurado na legislação trabalhista.

b) poderão ser representadas por advogado comum, desde que seja da estrita confiança de ambas.

c) deverão ser representadas pelos respectivos sindicatos.

d) não poderão ser representadas por advogado comum.

Questão 78

A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de

a) quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

b) sessenta dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

c) quarenta e cinco dias a contar da garantia do juízo.

d) sessenta dias a contar da garantia do juízo.

Questão 79

Arthur ingressou com reclamação trabalhista no dia 10 de out. de 2017, em face da empresa Publicidade e Bons Negócios Ltda., e obteve sentença favorável aos seus pleitos de pagamento de horas extras, adicional noturno e verbas rescisórias. Contudo, a reclamada encontra-se insatisfeita com a sentença prolatada, pois acredita não possuir débito algum com o reclamante, e intenciona, através do recurso cabível, pleitear a efetivação de seus direitos. Dessa forma, assinale a alternativa que demonstra qual o recurso e o prazo adequados às intenções da reclamada.

a) Apelação no prazo de 15 (quinze) dias.

b) Agravo no prazo de 8 (oito) dias.

c) Embargos de declaração no prazo de 5 (cinco) dias.

d) recurso ordinário no prazo de 8 (oito) dias.

Questão 80

Em uma reclamatória trabalhista proposta perante a empresa, "XYZ" Ltda., foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela antes da sentença, de acordo com entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, é CORRETO afirmar que

a) cabe a impetração de mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.

b) é própria a interposição de agravo retido, por se tratar de decisão interlocutória.

c) é oportuna a apresentação de protesto antipreclusivo, considerando a inexistência de recurso próprio.

d) é cabível a interposição de recurso ordinário, considerando que a decisão recorrida é terminativa do feito.

Estratégia OAB